

COVID-19, as *fake news* e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas

COVID-19, fake news, and the sleep of communicative reason producing monsters: the narrative of risks and the risks of narratives

COVID-19, las *fake news* y el sueño de la razón comunicativa generando monstruos: el relato de los riesgos y los riesgos de los relatos

Paulo R. Vasconcellos-Silva ^{1,2,3}
Luis David Castiel ⁴

doi: 10.1590/0102-311X00101920

Resumo

Desde o início do surto da COVID-19, percebe-se uma crescente tensão provocada pela dimensão pandêmica de uma doença que trouxe severos impactos epidemiológicos e desdobramentos socioculturais e políticos. Em condições ideais de comunicação pública as autoridades deveriam alinhar-se a um regime de total transparência com informações abundantes e de compreensão facilitada para gerar credibilidade, confiança e parceria com as mídias. Nos hiatos de versões aceitáveis e em meio a indeterminações, os indivíduos tornam-se experts de si mesmos, consumindo fake news e reproduzindo narrativas de risco falaciosas com consequências desastrosas. Discutem-se diversos aspectos ligados às fake news e ao uso da razão comunicativa por autoridades públicas, citando o caso do Irã e estabelecendo paralelos com o fenômeno da antivacinação e suas consequências. Descreve-se o desafio do direcionamento coordenado da sociedade por meio de informações, competindo com pastiches pseudo-científicos que proliferam em ritmo frenético na vacuidade de dados oficiais. Levanta-se, assim, a seguinte questão: quais modelos comunicativos deveriam pautar a narrativa oficial para gerar condições de colaboração e parceria com as mídias? Que impactos tais modelos teriam na proliferação das narrativas enganosas às quais recorrem os cidadãos em crise de orientações pertinentes? Conclui-se que é também papel do governo lançar mão de sua ampla visibilidade para gerar referências de segurança sob o primado da razão comunicativa sensível às genuínas interrogações da sociedade. Em síntese, produzir em escala monumental referenciais responsáveis, norteados por elementos de ética da responsabilidade alinhados ao bem comum.

Infeções por Coronavírus; Comunicação em Saúde; Mídias Sociais

Correspondência

P. R. Vasconcellos-Silva
Rua Conde de Baependi 23, apto. 402, Rio de Janeiro, RJ
22231-140, Brasil.
bioeticaunirio@yahoo.com.br

¹ Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

² Instituto Nacional de Câncer, Rio de Janeiro, Brasil.

³ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

⁴ Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.



Introdução

Desde o início da pandemia pelo SARS-CoV-2 percebe-se uma crescente tensão provocada, entre outros fatores, pela dimensão epidêmica de uma doença que se espalhou rapidamente por várias regiões do planeta, acarretando severo impacto epidemiológico e desdobramentos socioculturais e políticos equivalentes. Nesse cenário, não existem planos estratégicos prontos, detalhados e indefectíveis a serem aplicados frente à pandemia de coronavírus – tudo é inédito: as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde brasileiro, do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) e outras organizações nacionais e internacionais se esforçam por sugerir a aplicação de táticas universais de contingência com base na identificação de padrões clínicos e epidemiológicos respaldados por evidências que ainda não foram produzidas ou validadas. Embora já bem conhecido nos círculos de especialistas e suficientemente divulgado no início do século (sabido que a SARS é causada por um tipo de coronavírus e foi bastante midiática no começo dos anos 2000), o termo “coronavírus” é novo no imaginário social e a compreensão científica sobre suas mutações também muda diariamente. Pode ocorrer que qualquer autoridade que faça uso costumeiro do bom senso não dê respostas diretas a determinadas perguntas sobre a pandemia porque estas ainda não existem – o que não a desobriga de manter-se atualizada e atualizadora.

Pelo outro lado dessa vacuidade de certezas, proliferam versões distorcidas de conceitos e fatos científicos, que adotam formas narrativas e retóricas extraordinariamente plausíveis que vicejam em meio à escassez de conteúdos orientadores sobre práticas de biossegurança em período de pandemia. A competição beligerante entre narrativas técnicas e suas versões *fake* – comprometidas ou não com uma agenda alinhada a determinado efeito político ou *Zeitgeist*, como espírito de nosso tempo – oferece agora uma profusão inaudita de informação e deformação de fatos. Tais narrativas caudalosas que proliferam na vacância das (ou apenas às) narrativas oficiais, de certa forma usam de sua dimensão essencialmente intersubjetiva para definir, reorganizar e esclarecer experiências e conceitos complexos por meio de um certo espanto (*phobos*) diante das obras do desastre pandêmico. Esclarecem, por mais perturbadoras ou implausíveis que sejam, na direção de seu terrível sentido interior. Em outras palavras trazem, não raro, o “conhecimento da causa secreta das coisas” que, para colocar em marcha a dinâmica exponencial de sua replicação, precisam desencadear nos leitores um espanto catártico que toma de assalto, desequilibra e parece capacitar a ver através de “aparências com as quais querem te iludir”.

Assim, a copiosa produção e disseminação de comunicação científica primária ou secundária confunde-se com apropriações terciárias persecutórias, ingênuas, preconceituosas, alinhadas a agendas políticas, criminosas ou meramente comerciais, para validar ideias e conceitos fundamentados por enganada – ou enganosa – cientificidade de pontos de vista. Relatos em primeira pessoa sobre tecnologias domésticas de efeito admirável ou situações trágicas que se presencia são muito convincentes por sua capacidade catártica de fazer saber como é estar no lugar, experimentar algo na pele de outra pessoa – o poder da imaginação vicária.

Toda essa proliferação de vozes falaciosas e dissonantes parece gerar, em nível planetário, ceticismo acerca de narrativas factuais, assim como a percepção de uma absoluta falta de centro para referências e orientação.

Mídias, narrativas sobre riscos e o mundo ideal

Sabe-se que as buscas na Internet sobre temas ligados à proteção e preservação da saúde são impulsionadas por premeditação pró-ativa – que buscam informações práticas, fundamentadas em evidências e aplicáveis a curto, médio ou longo prazo, ou por impulsos reativos – ligados a medos ancestrais, reações de autopreservação ou reafirmação de crenças atávicas sem lastro de cientificidade¹. Apesar da sonoridade cacofônica na língua portuguesa, a OMS define “infodemia” como uma quantidade excessiva de informações inseguras sobre um determinado problema, em especial associadas às buscas reativas em tempos de grandes medos, o que pode dificultar os caminhos para as soluções ao criar tumultos e desconfiança entre leigos. Em geral, há prolífera produção e ágil difusão de desinformação durante emergências de saúde de dimensões pandêmicas. Em épocas de crise, os

meios de comunicação sempre se colocaram como protagonistas essenciais, servindo tanto à busca reativa como à pró-ativa, seja na qualidade de veículos para alertas, relatórios e recomendações para o coletivo e autoridades, mas também como produtores de versões sobre as informações em que se identifiquem incongruências ou lacunas de sentidos por preencher. Em um mundo perfeito, logo no início das crises os responsáveis pela biossegurança pública usam de transparência e disponibilizam o máximo de informações disponíveis para reafirmar sua credibilidade perante as mídias e a sociedade – uma narrativa oficial de credibilidade torna-se a primeira das condições para que a reação à situação de crise torne-se um fluxo bilateral exitoso na qualidade de produto de razão/ação comunicativa. Para advertir um segmento populacional diante de um desastre natural e iminente, o recurso a meios comunicativos ágeis e síncronos torna-se um imperativo incontornável. A esses seguem os variados recursos comunicativos interpessoais pela via das mensagens e narrativas em redes virtuais, WhatsApp, Twitter, Instagram etc., ampliando, amplificando e retraduzindo pelo poder da interlocução direta. Articulariam-se como fontes de confirmação ou complementação dos conteúdos veiculados pelas autoridades, em mútua alimentação com a experiência vivida.

Sob condições ideais, o oficial, balizado e transparente, precede o interpessoal – ao contrário do que ocorreu na Itália onde inúmeras falhas de controle, vazamentos de informações e comunicação contraditória levaram ao desastre. As redes sociais italianas alardearam a intenção do governo em preparar um decreto de quarentena de um quarto do país (ao Norte com 16 milhões de residentes), o que acarretou uma fuga em massa de italianos tentando se refugiar no Sul, onde o sistema de saúde é mais frágil em relação ao do Norte industrializado. Como se viu, diante da difusão desencontrada de notícias e da profusão de regras não cumpridas com conseqüente propagação desenfreada de contágios e escalada de mortes, o Primeiro-Ministro Giuseppe Conte anunciou a quarentena em toda a península, decisão mais drástica adotada por um país desde o início da pandemia.

Pecados capitais das mídias

Sabe-se que as catástrofes representam situações trágicas/dramáticas e imprevisíveis que atraem a atenção dos meios de comunicação, dentro da classificação dos valores/notícia². São considerados acontecimentos potencialmente valiosos, sobretudo se há indícios culposos ou podem ser atribuídos à ação do homem ou do próprio meio ambiente, dentro de uma lógica de causas e conseqüências comuns à narrativa jornalística³. Assim como os espetáculos visualmente macabros são especialmente prezados pelas televisões, durante o sono da razão comunicativa as biocalamidades que dão sentido a discursos político-xenofóbicos ou intolerantes em geral são argumentativamente “nutritivos” para as homilias de intolerância⁴. No entanto, não injustamente, as mídias são usualmente criticadas pelos contornos sensacionalistas como retratam acontecimentos trágicos que envolvem morte e destruição. O sensacionalismo é o pecado capital – próximo à luxúria – da exploração das emoções humanas que acaba por contribuir para a “ampliação social do risco”, embora também seja uma virtude sua desde que origine precaução sobre a possibilidade de perigos futuros. Além do que, é justo acrescentar que o sensacionalismo não vai além de seu contraponto original e necessário, o *voyeurismo* das audiências⁵. Não obstante, há ainda outros vícios na narrativa dos riscos além do sensacionalismo, nomeadamente a inclinação das mídias para enfatizar o risco à frente da segurança.

Em uma sociedade sobrecarregada pela ideia do risco e seu caráter paradoxal de “*ser previsível embora não possa ser previsto*”, a noticiabilidade do que corre mal e dos enfoques negativos ganha amplos espaços com base na lógica do “*bad news are good news*”⁶ (p. 237). Esse estado de iminência persistente de perigos faz da catástrofe um genuíno desafio à condução de uma nação democrática por meio de processos comunicativos. O discurso oficial de segurança compete com outras narrativas centradas no risco e saber lidar, nos níveis biográfico e político, com o medo e a insegurança que convertem-se em qualificação civilizacional decisiva, fazendo com que o aperfeiçoamento das capacidades correspondentes torne-se uma atribuição básica das instituições pedagógicas⁶. Além do destaque ao risco existe o vício da repercussão ágil de informação incompleta, inexata ou mesmo contraditória sobre acontecimentos em curso que acrescenta indeterminações^{7,8}, embora, por outro lado, isto reafirme a necessidade de checagem factual perante as autoridades responsáveis. Assim, em um mundo ideal, impõe-se às autoridades a necessidade e a importância da comunicação ordenada, síncrona, técnica-

mente precisa e útil. Como lidar de outra forma com o temor dos destinos ameaçadores à frente e a insegurança do desconhecido que o acompanha? No nível político-comunicativo, como lidar com o medo se suas causas são ainda incompreensíveis, intangíveis e inacessíveis no nível microbiológico?

Sono da razão comunicativa e os riscos das narrativas

Francisco Goya parecia querer explicitar graficamente seu juízo a respeito da sociedade espanhola da época, retratada na série satírica *Los Caprichos*, como enlouquecida, corrupta e propensa ao ridículo⁹. A gravura *El Sueño de la Razón Produce Monstruos* (Figura 1) é a 43ª da série produzida para o *Diario de Madrid*. A imagem mostra um homem (possivelmente o próprio Goya) dormindo entre seus escritos e desenhos, tendo sua razão embotada por um sono atormentado por criaturas assombrosas que lhe rondam a penumbra. O trabalho inclui corujas (símbolo da filosofia e da sabedoria) que parecem tentar acordá-lo e morcegos que parecem simbolizar a loucura ou a ignorância. Na epígrafe completa desse 43º capricho se lê “*la fantasía, aislada de la razón, solo produce monstruos imposibles. Unida a ella, en cambio, es la madre del arte y fuente de sus deseos*” (a fantasia isolada da razão produz somente monstros impossíveis. Unida a ela, no entanto, é a mãe da arte e a origem de seus desejos). *Los Caprichos* pode elogiar a razão, mas o faz apenas como obras de fantasia – apenas com base na imaginação que se percebe a razão adormecida, nunca por meio do próprio caminho da razão. O esboço preparatório da gravura parece ainda mais explícito em sua inscrição: “*o autor sonhando. Sua única intenção é banir a superstição prejudicial e perpetuar com esta obra de fantasia o sólido testemunho da Verdade*”⁹ (p. 37). Alguns críticos de arte, talvez considerando os ideais iluministas em voga à época do artista, afirmam que os monstros das sombras simbolizam os mitos, as crenças e preconceitos vulgares do mundo e as “*ideias prejudiciais popularmente consideradas*”⁹ (p. 37). Por outro lado, o que representaria o dormir, em si mesmo? Qual seria, simbolicamente, o motivo para se deixar levar pelo sono? O que nos levaria a renunciar à vigília do esclarecimento e à “*saída da menoridade de servir-se do próprio entendimento sem direção alheia?*”¹⁰ (p. 17). Decerto, quando dormimos não podemos reconhecer e denunciar os monstros da ignorância, do preconceito e da mentira. Nesse contexto, além da filosofia e da sabedoria, o que mais representariam as corujas que tentam libertar o homem da letargia da ignorância e do preconceito?

O Irã é um país islâmico de maioria xiita no qual há severas interdições quanto ao consumo de bebidas alcoólicas. Diversos processos de comunicação política, científica e cultural são sistematicamente distorcidos por conta de imperativos peculiares às teocracias com perfil totalitário. A precária e distorcida comunicação científica coabita com crenças e numerosas proibições religiosas em contexto de massiva ignorância acerca de conceitos biológicos elementares. Os iranianos vivem um momento de grande desconfiança com um governo que, após minimizar a epidemia por COVID-19 que agora domina o país, insiste que a situação da doença está sob controle. Nesse contexto, uma história publicada em um tabloide no início de fevereiro sobre um professor britânico que se disse capaz de curar a COVID-19 com uísque e mel, alastrou-se de forma incontrolável pelas contas iranianas nas mídias sociais. A iminência do fim dos tempos gerou monstros simbólicos bem conhecidos pelos historiadores da Peste Negra. O sono da razão comunicativa instrumentalizado por boatos sobre os poderes purificadores do etanol levou milhares de pessoas a ingerir seu derivado metílico tóxico em vista da perigosa analogia com o poder antisséptico do álcool etílico, indisponível em um país islâmico¹¹. Desde o início de março, época em que a pandemia tornou-se publicamente visível no país, centenas de pessoas morreram em meio a milhares de intoxicados, entre eles um menino de cinco anos que perdeu a visão após ser obrigado a ingerir o “instrumento de salvação” pela purificação. As falsas notícias sobre a eficácia do suposto remédio foram espalhadas pelas redes sociais do país, e o medo da COVID-19, combinado com desconfiança e desinformação, levaram milhares à intoxicação por metanol. À narrativa oficial sobre desinfetantes à base de álcool como medida higiênica, mesclou-se a narrativa *fake* sobre a ingestão de metanol (sabido que o etanol não é comercializado). Como afirma Hossein Hassanian, representante do Ministério da Saúde iraniano¹¹, “*estamos lutando em duas frentes aqui (...) temos que curar as pessoas com intoxicação por álcool e também combater o coronavírus*”. Em termos de imperativos político-culturais, o que nos distanciaria da sociedade teocrática iraniana?

A linguagem e a comunicação são sumamente relevantes às teorias contemporâneas da ideologia e, neste contexto, a obra de Jürgen Habermas é lacunar por introduzir o conceito de racionalidade

Figura 1

El Sueño de la Razón Produce Monstruos, Francisco Goya, 1797.



comunicativa como o processo de entendimento por meio de atos de fala nas conversações. Sendo assim, seja pela violência da censura da teocracia iraniana ou pela “consciência fragmentada” observada nas sociedades industriais contemporâneas ¹², observa-se o mesmo sistema de pensamento político pelos quais indivíduos ou grupos constroem e implementam uma compreensão do mundo no qual habitam para que daí sejam construídas agendas de poder pelas quais se pautar. Sendo assim, tanto no Irã como nos altos círculos políticos de Washington DC, Estados Unidos, de onde preconiza-se tratamentos para a COVID-19 à base de luz solar e injeção de desinfetantes ¹³, as ideologias “despolemizam” ou naturalizam os significados, simplificando uma complexa variedade de significados em algumas poucas verdades convenientes. Indeterminações, ambiguidades e leques de opções são transformados em certezas monolíticas com saídas únicas. Por tais meios, sob o monopólio de verdades em um horizonte de hiperfluxo de informações, uma estrutura comunicativa também torna-se sistematicamente distorcida, gerando os monstros do preconceito e nutrindo as feras da ignorância. Isso posto, estaríamos também sujeitos a alguma forma de comunicação sistematicamente distorcida? Estaríamos em condição de minoridade, como reféns dos rumores e boatos de essência pseudotécnica que proliferam desenfreadamente em condições de ignorância?

Os monstros representados pelas informações falsas sobre a COVID-19 variam em seu tema, escopo e alcance. Entre os conteúdos mais perigosos estão os que se alastraram no Irã sobre conselhos de saúde duvidosos – como “prevenir” ou “curar” a infecção por meio de uma substância específica (p.ex.: a cloroquina, recentemente na ribalta política).

Tais alegações imprecisas representam um perigo claro e direto não só para o indivíduo, mas também para o coletivo e a saúde pública. Além das panaceias e das imprecisões sanitárias, há também alegações não científicas política e racialmente carregadas sobre a COVID-19. O sociólogo sul-africano Stanley Cohen ¹⁴ descreveu a recorrência histórica de diversos “pânico morais” como fenômenos associados a condições, pessoas ou grupos – os “demônios folclóricos” – que se instalam como grave ameaça aos valores e interesses coletivos. Perante perigos iminentes seus perpetradores (definidos por Cohen como “*empreendedores morais*”) elaboram narrativas de risco que, ao se articular a um medo que paira, razão que assombra, ignorância que impera ou ameaça que emerge, incitam ao ódio e à necessidade de reação imediata. Narrativas como essas, como as que agora afirmam que pessoas de determinada origem são mais suscetíveis a espalhar a COVID-19, e que esta teria sido engendrada em laboratórios como parte de uma conspiração escusa, levaram a vários casos notórios de discursos de ódio e discriminação.

Um bom exemplo de medo que paira a assombrar a ignorância que impera pode ser identificado no movimento antivacinal ¹⁵. A imunização em massa é considerada um dos grandes advenços biotecnológicos no controle de doenças e redução de mortes por epidemias. Não obstante, desde sempre há exemplos de atritos entre a necessidade de intervenções públicas e narrativas morais ou ligadas às liberdades individuais. Na Inglaterra de 1853, o *Compulsory Vaccination Act* despertou a ira da classe média alta – um ultraje à liberdade de arbitrar sobre o estado imunológico dos filhos. Algo semelhante aconteceu no final do século XX, quando a Internet já ampliava vertiginosamente seu poder de influência e acesso a fontes primárias de comunicação científica entre diversos segmentos sociais. O ritmo de comunicação científica primária e secundária decolou, a comunidade científica comemorava milhões de papers publicados no PubMed e a disseminação dos *papers ahead of print*. Em 1998, o médico Andrew Wakefield ¹⁶ tornou público no periódico *Lancet* um artigo sugerindo que a vacina MMR contra sarampo, caxumba e rubéola predisporia à exposição ao mercúrio e ao autismo. Apesar do pequeno tamanho da amostra (12 crianças), o desenho não controlado e a natureza especulativa das conclusões, o paper ofereceu uma potente narrativa de risco cientificamente validado para o movimento antivacinação e isto acrescentou novos monstros ao cenário da saúde pública ¹⁵. As taxas de vacinação com MMR começaram a cair como nunca em vista do suposto risco de autismo pós-vacinal e, 22 anos depois, apenas 32,9% das pessoas entre 10 e 40 anos de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil, trazem anticorpos antissarampo (em contraste com a geração pré-Internet – 99% dos maiores de 50 anos são imunizados contra a doença) ¹⁷. Nas últimas décadas, as redes virtuais antivacinais seguiram ampliando seus espaços, influência e vítimas por conta do vigoroso impulso de vários aliados, entre eles, as celebridades que abraçaram a causa em debates veiculados pelas mídias de massa ¹⁸.

Atualmente, percebe-se claramente que os riscos assumiram um papel cardinal no cenário científico-político-comunicativo, influenciando ascensões e quedas de patamares políticos e tornando-se

um dos principais vetores da dinâmica sociocultural da nação. Por outro lado, e ao mesmo tempo, percebem-se frequentes oposições ao monopólio das pretensões científicas de conhecimento absoluto: a ciência torna-se cada vez mais necessária embora cada vez menos suficiente à definição socialmente vinculante de verdade. Beck ⁶ (p. 237) aponta para essa cientificização reflexiva contemporânea que abre portas aos destinatários e usuários da ciência “*novas oportunidades de persuasão e de desenvolvimento nos processos de produção e emprego dos resultados científicos*”. Surgem e prosperam de forma midiaticizada as tecnologias de afirmação do terraplanismo, do negacionismo do aquecimento global, do discurso antivacina e do *design* inteligente. Com o advento da banda larga e da Web 2.0 e a reformulação radical nos processos de interação entre os meios e seus consumidores, o antigo receptor opinante, antes passivo consumidor dos veículos de comunicação impressa ou televisiva, deslocou-se um pouco mais para o centro dos processos produtivos midiáticos ao adotar e disseminar novos posicionamentos fundamentados por regimes de verdade fluídos. Nesse cenário redefinido por novos produtores e receptores de mensagens em mútua interação (embora ainda aglutinando-se em nichos e bolhas), as narrativas alinham-se a áreas de verdades em mutação que se adaptam às brisas de verdades que sopram, ora na direção da proeminência do discurso oficial, ora no sentido das falácias persecutórias, hipóteses paracientíficas ou proposições de intolerância cujo zoneamento é errático, imprevisível e de consequências calamitosas.

Como chegamos a tal ponto? Talvez aos olhares dos cidadãos desvalidos, Estado, Ciência e Economia – pilares da segurança perante riscos globais – desgastaram-se, por vezes apresentando-se como uma espécie de irresponsabilidade partidariamente articulada e institucionalizada ¹⁹. No caso vigente da pandemia de COVID-19, como é possível conviver e sobreviver a uma crise duplicada por conta da multiplicidade de riscos e panaceias que foram colocadas à frente de autoridades e mídias? Vivemos no reinado das opiniões pessoais e conflitantes em meio a um colapso de pertinência e propriedade, de presidentes da república que prescrevem drogas ineficazes ²⁰ ou advogam injeção de antissépticos ¹³ a celebridades subitamente alçadas a autoridades em saúde pública e químicos autodidatas que prescrevem a antisepsia com álcool ²¹. A Internet nos acrescentou um oceano caudaloso de informações, mas apesar do amplo acesso à mais volumosa biblioteca já produzida na História, o imaginário coletivo é saturado de narrativas-relâmpago com sínteses distorcidas sobre perigos iminentes que advertem para medidas protetoras seguindo à frente das autoridades constituídas para tanto.

Nosso mundo atual

Plataformas de redes virtuais americanas há muito relutam em assumir um papel editorial, pressionadas por uma ética liberal que também implica não censurar manifestações passíveis de serem consideradas de teor político. No entanto, no dia 14 de abril, usando o buscador Google para procurar informações sobre o “coronavírus” e pressionando “*enter*”, os resultados da busca foram surpreendentes. Não há propaganda comercial, exibição de produtos ou nenhum link hierarquizado pelos algoritmos de ordenamento que nos liguem aos sites privilegiados pelos mecanismos de busca. Ao contrário, surgem *sites* governamentais (e não governamentais) e fontes da mídia oficial posto que os algoritmos ordenadores que geram resultados segundo padrões de escolhas do usuário não mais entram em ação. Algo mudou, e muito, há um cuidado criterioso na verificação da fidedignidade dos resultados. Os proprietários e responsáveis pelo funcionamento das grandes plataformas de mídia social decidiram explicitamente privilegiar fontes oficiais e meios de comunicação tradicionais como forma de controlar a “infodemia”. Nas principais redes sociais (Facebook, Twitter, YouTube, Reddit, Instagram e Pinterest) os resultados de pesquisa relacionados à COVID-19 estão predefinidos de forma similar. Como exemplo, no Instagram surgem *pop-ups* estimulando os usuários americanos a visitarem o site do CDC, assim como os ingleses são instados ao Sistema Nacional de Saúde (NHS). No Facebook, um “Centro de Informações” mescla informações com curadoria e conselhos médicos oficiais; no Pinterest, os únicos infográficos e memes encontrados em tópicos como “*covid-19*” ou “*hidroxicloroquina*” são aqueles elaborados por organizações de saúde reconhecidas internacionalmente, como a OMS. Algumas das medidas mais radicais tomadas pelas empresas de tecnologia incluem a nova política do Twitter para remover desinformação que contradiz conselhos oficiais de saúde pública, como *tweets*

encorajando as pessoas a não seguir em condições de distanciamento físico e os novos limites do WhatsApp no encaminhamento de mensagens.

Inegavelmente, há um evidente contraste em vista da maneira como as plataformas de mídia social lidaram com a desinformação no passado recente. O que os fez mudar de estratégia tão bruscamente? A dimensão de calamidade planetária que as narrativas arriscadas alcançaram? Teriam sido pressionados a renunciar de sua ética de liberdade para alinhar-se à nova ordem moral norteada pela responsabilidade? Uma dúvida central: por que não o fizeram antes? A iminência de uma bio-hecatombe seria o imperativo categórico necessário para distanciarem-se dos discursos de ódio persecutório, da propaganda antivacinal e de outras tantas variantes de *fake news*? As plataformas percebem que um equilíbrio entre a ética liberal e a da responsabilidade os permitiria ser muito mais agressivas em casos de desinformação sobre coronavírus do que em desinformação política. Não obstante, a desinformação continua a ser difundida, em grande parte, pelas mídias sociais. Carl Bergstrom, professor de biologia da Universidade de Washington (Seattle, Estados Unidos), que também estuda e tem um livro sobre desinformação, afirma que os esforços das empresas de mídia social são muito modestos e morosos. Construíram um amplo ecossistema que envolve tudo que diga respeito a engajamento e investiram em formas de propagação viral, embora nunca tenham investido nada em termos de fidedignidade²². Um estudo do Instituto Reuters²³ analisou a disseminação de 225 alegações falsas ou enganosas sobre o coronavírus e descobriu que 88% das alegações apareceram em plataformas de mídia social, em comparação com 9% na televisão ou 8% em veículos de notícias. Cerca de 30% dos adultos americanos acreditam que a COVID-19 foi desenvolvida em um laboratório, de acordo com uma pesquisa do Centro de Pesquisa Pew (Estados Unidos)²⁴. Uma teoria da conspiração que liga falsamente o 5G à pandemia de coronavírus trouxe consequências extremadas no mundo real, incluindo ameaças e assédio contra engenheiros de telecomunicações e ataques a bombas de gasolina e postes telefônicos²⁵.

O cidadão solitário *expert* de si mesmo seleciona as informações, celebridades, redes de expertise ou de falácias que decidirão sobre seu destino no exercício da condição de autoespecialista amedrontado, decidindo sobre fontes mais assertivas que outras entre as *fake news* de WhatsApp e Facebook mais aceitáveis ou menos insuportáveis. Novas tensões vicárias são apresentadas e geram investigações na proporção da relevância atribuída ao tema nos círculos da autorreferencialidade midiática. Há narrativas centrais, que originam gerações de novas narrativas, talvez impulsionadas por medos atávicos, casos reais de autismo exibidos pelo cinema, TV ou redes sociais são eloquentes como evidência de sequelas de vacinas ou qualquer outra coisa que a elas se queira associar.

Em um mundo ideal teríamos autoridades a apresentar, em regime de total transparência, informações abundantes, síncronas, objetivas, precisas e de compreensão facilitada, gerando credibilidade e confiança. Ao contrário, há pouco constatamos assombrados o braço de ferro de vaidades políticas em disputa no cenário midiático e o antagonismo entre perspectivas de autoridades de campos distantes. O espetáculo é resolvido pela defenestração, identificou-se o pecado político de catalisar a atenção por prover os microfones de uma farta narrativa, embora dissonante em beligerância com outras de genealogia político-econômica. Nesse cenário, do que precisamos neste momento de convulsão? Enunciações transparentes e claras deveriam pautar as interlocuções pessoais pelas redes virtuais, adiantando-se como fontes de alertas sobre origem, prevenção e a dinâmica de expansão do processo epidêmico. O panorama atual nos mostra um avesso; Facebook e Twitter removeram postagens de autoridades de destaque que produziram desinformações sobre o coronavírus, incluindo as do Presidente Jair Bolsonaro sobre a eficácia da cloroquina²⁰. Assim, autoridades políticas máximas buscam por atenção e produzem desinformação nas mídias e redes sociais, que também lhes servem como norte e motriz das decisões políticas.

Em um mundo perfeito, sem processos decisórios contaminados por comunicação sistematicamente distorcida, teríamos mídias fazendo uso de um sensacionalismo virtuoso, ofertando em regime de simplicidade e completude as melhores informações. A comunicação sobre riscos estaria em equilíbrio com a comunicação sobre as condições de segurança, e a completude de narrativas seriam consistentes com o discurso das autoridades, a quem recorreriam reiteradamente com base em relação de confiança. Nesse panorama, as pretensões midiáticas da “informação absoluta” também engendrariam outros limites e potencialidades. Sobretudo, essas deveriam também assumir o ministério de *fact-checking*, papel social que se faz agora sumamente necessário perante a fluidez das

áreas de verdades em mutação, a gestar os monstros do sono da razão comunicativa. Haveria espaço ao debate em atenção às refutações que tencionam as pretensões de explicação universal da ciência.

Em um orbe ideal, isso implicaria convidar os patronos do criacionismo, terraplanistas e bacharéis da antivacinação à exposição pública e debate de suas crenças e convicções em condições de simetria e igualdade com as vozes dissonantes e como exercício de refutação ou validação de seus sistemas de verdade, como feito na Austrália há dez anos para conter o movimento antivacinação ^{26,27}.

Uma conclusão

Ao contarmos uma história, circunscrevemos personagens no tempo e no espaço para ampliar as luzes sobre determinado aspecto de nosso enredo no qual se embutem valores e premissas morais, esta é uma dimensão essencialmente intersubjetiva da narrativa na qual reside grande parte de seu poder ilocucionário. Aristóteles definia a catarse como a propriedade das narrativas de purgação moral pela piedade ou medo (*phobos*), já que histórias dramatizadas e encenadas têm a oferecer a liberdade de vislumbrar todo tipo de evento desagradável e inacreditável que, por ser narrado, distante, perderia seu poder danoso conservando seu alcance ético-pedagógico ²⁸. Ricoeur ²⁹ acrescenta que a persuasão de um narrador se vale da tática de oferecer ao leitor uma visão de mundo não eticamente neutra, mas que implícita ou explicitamente colige formas de percepção e avaliação da vida. Assim, narrativas pertencem à dimensão histórica, mas, sobretudo emanam da dimensão ética por sua reivindicação, inseparável da narração, à justiça ética, cabendo ao leitor, agora agente, escolher entre as múltiplas ações de retidão apresentadas pelo texto.

Acerca das tensões sobre nossa biossegurança, Fleck ³⁰ diria que nosso coletivo de pensamento transita entre círculos esotéricos e exotéricos de pensamento, talvez, acrescentamos, tateando por verdades seguras essenciais à sobrevivência psíquica da espécie e esforçando-se por traduzir os estilos de pensamentos políticos e religiosos apostos pelo caminho. Em um contexto de dúvidas, incertezas e ansiedades exponencialmente crescentes conjugadas a disputas de narrativas que conduzem ao desgoverno e à vacância de referências centrais, o problema do controle epidêmico das doenças e das *fake news* é ampliado. Percebe-se as grandes dificuldades apostas ao direcionamento coordenado da sociedade por meio de informações, já que pastiches pseudo-científicos destas versões proliferam em ritmo frenético conjugadas à vacuidade de informações oficiais.

A quem servem as *fake news*? Sabe-se de que são feitas: narrativas coincidentes com uma determinada realidade da qual se apoderam para fins de fiabilidade, embora dentro de um sistema de valores e representações que desorientam e estratificam informações contagiantes, que definem e simplificam panoramas reconhecíveis e, sobretudo, convidam a uma modalidade torta de justiça ética. Seria papel do governo lançar mão de sua ampla visibilidade para gerar referências de segurança sob o primado da razão comunicativa sensível às genuínas interrogações e necessidades da sociedade. Produzir por esses meios, e em escala monumental, “vacinas” de referenciais pertinentes e responsáveis, norteados por elementos de justiça alinhados ao bem comum. Pelo avesso desse cenário, vive-se uma época na qual as narrativas falsas, viralizadas por tecnologias de comunicação de atuação em escala global, são exploradas por Cambridge Analytics, Trumps, Messias e grupos políticos espúrios que, servindo a projetos autoritários de poder, contaminam e debilitam a saúde das democracias. Quaisquer coincidências são meras semelhanças...

Colaboradores

P. R. Vasconcellos-Silva realizou a concepção teórica, redação e revisão final. L. D. Castiel colaborou na concepção, redação e revisão final.

Informações adicionais

ORCID: Paulo R. Vasconcellos-Silva (0000-0003-4646-3580); Luis David Castiel (0000-0001-9528-8075).

Agradecimentos

Agradecemos à Professora Tania Araujo-Jorge, pelo incessante incentivo à pesquisa socialmente responsável, metodologicamente criteriosa e criativa.

Referências

1. Vasconcellos-Silva PR, Castiel LD, Ferreira FR. Patterns of cancer-related internet searches: reactivity; risks; the role of affect. *Ciênc Saúde Colet* 2016; 21:861-70.
2. Silva G. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: Silva G, Silva MP, Fernandes ML, organizadores. *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular; 2014. p. 51-69.
3. Murray D, Schwartz JB, Lichter SR. *It ain't necessarily so: how media make and unmake the scientific picture of reality*. Oxford: Rowan & Littlefield Publishers; 2001.
4. Singer E, Endreny PM. *Reporting on risk: how the mass media portray accidents, diseases, disasters and other hazards*. New York: Russel Sage Foundation; 1993.
5. Briggs CL, Hallin DC. Biocommunicability: cultural models of knowledge about health. In: Briggs CL, Hallin DC, editors. *Making health public: how news coverage is remaking media, medicine, and contemporary life*. New York: Routledge; 2016. p. 23-50.
6. Beck U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34; 2011.
7. Fausto Neto A. Enunciação, auto-referencialidade e incompletude. *Revistas Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia* 2007; 14:78-85.
8. Wolfart G. A mediação produz mais incompletudes do que as completudes pretendidas, e é bom que seja assim. *IHU On-line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos* 2009; (289). <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2479-antonio-fausto-neto-3>.
9. Nehamas A. The sleep of reason produces monsters. *Representations* 2001; 74:37-54.
10. Kant I. An answer to the question: "what is enlightenment?". In: Gregor M, editor. *Practical philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press; 1996. p. 17.
11. Trew B. Coronavirus: hundreds dead in iran from drinking methanol amid fake reports it cures disease. *Independent* 2020; 27 mar. <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/iran-coronavirus-methanol-drink-cure-deaths-fake-a9429956.html>.
12. Habermas J. *The theory of communicative action. Volume 2. Lifeworld and system: a critique of functionalist reason*. Boston: Beacon Press; 1987.
13. Dale D, McDermott N, Cohen M, Vazquez M, Steck E, Fossum S. Trump sugere luz solar e injeção de desinfetante para tratar coronavírus. *CNN Brasil* 2020; 24 abr. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/04/24/trump-sugere-luz-solar-e-injecao-de-desinfetante-para-tratar-coronavirus>.
14. Cohen S. *Folk devils and moral panics*. London: Routledge; 2002.
15. Vasconcellos-Silva PR, Castiel LD, Griep RH. The media-driven risk society, the anti-vaccination movement and risk of autism. *Ciênc Saúde Colet* 2015; 20:607-16.

16. Wakefield AJ, Murch SH, Anthony A, Linnell J, Casson DM, Malik M, et al. Ileal-lymphoid-nodular hyperplasia, non-specific colitis, and pervasive developmental disorder in children. *Lancet* 1998; 351:637-41.
17. Estofolete CF, Milhim BHGA, França CCG, Silva GCD, Augusto MT, Terzian ACB, et al. Prevalence of measles antibodies in São José do Rio Preto, São Paulo, Brazil: a serological survey model. *Sci Rep* 2020; 10:5179.
18. Guillaume L, Bath PA. A content analysis of mass media sources in relation to the MMR vaccine scare. *Health Informatics J* 2008; 14:323-34.
19. Beck U. *La sociedad del riesgo mundial. En busca de la seguridad perdida*. Buenos Aires: Editorial Paidós; 2008.
20. Marques J. Facebook apagou post de Bolsonaro por “alegação falsa” de cura para coronavírus. *Folha de S.Paulo* 2020; 1 abr. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/facebook-apagou-post-de-bolsonaro-por-alegacao-falsa-de-cura-para-coronavirus.shtml>.
21. Domingos R. É #FAKE mensagem em vídeo que diz que álcool gel não funciona como forma de prevenção contra o coronavírus. Fato ou fake. *G1* 2020; 28 fev. <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/02/28/e-fake-mensagem-em-video-que-diz-que-alcool-gel-nao-funciona-como-forma-de-prevencao-contra-o-coronavirus.ghtml>.
22. Bergstrom CT, West JD. *Calling bullshit: the art of skepticism in a data-driven world*. London: Penguin Books Limited; 2020.
23. Brennen JS, Simon F, Howard PN, Nielsen RK. Types, sources, and claims of COVID-19 misinformation. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/types-sources-and-claims-covid-19-misinformation> (acessado em 25/Abr/2020).
24. Schaeffer K. Nearly three-in-ten Americans believe COVID-19 was made in a lab. <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/04/08/nearly-three-in-ten-americans-believe-covid-19-was-made-in-a-lab> (acessado em 25/Abr/2020).
25. Lawrie E. “Absurdo total”: cientistas condenam “teoria” espalhada na internet de que 5G transmite coronavírus. *BBC Brasil* 2020; 7 abr. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52194322>.
26. Martin B. *Vaccination panic in Australia*. Sparsnäs: Irene Publishing; 2018.
27. Vanderslott S. Exploring the meaning of pro-vaccine activism across two countries. *Soc Sci Med* 2019; 222:59-66.
28. Aristóteles. *Poética*. 2ª Ed. São Paulo: Ars Poética; 1993.
29. Ricoeur P. The world of the text and the world of the reader. In: Ricoeur P, editor. *Time and narrative*. v. 3. Chicago: University of Chicago Press; 1988. p. 159-86
30. Fleck L. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Madrid: Alianza Editorial; 1986.

Abstract

Since the beginning of the COVID-19 outbreak, the world has witnessed growing tension from the pandemic dimension of a disease with severe epidemiological impacts and wide-reaching socio-cultural and political spinoffs. In ideal conditions of public communication, the authorities would be aligned with a totally transparent system supplying abundant information and ease of understanding to generate credibility, confidence, and partnership with the media. In the hiatuses of acceptable versions and in the midst of indeterminations, individuals become their own experts, consuming fake news and reproducing fallacious risk narratives with disastrous consequences. The article discusses various aspects of fake news and the use of communicative reason by public authorities, citing the case of Iran and drawing parallels with the antivaccination movement and its consequences. The authors address the challenge of coordinated orientation of society with information, competing with pseudo-scientific pastiches that proliferate at breakneck speed in the absence of official data. All this raises the following question: which communication models should back the official narrative to create the conditions for collaboration and partnership with the media? What impacts would such models have on the proliferation of misleading narratives that citizens turn to during crises of appropriate orientation? The authors conclude that it is also the government's role to use its broad visibility to create references of safety under the primacy of communicative reason, sensitive to society's genuine questions and concerns. In short, government should produce responsible references on a monumental scale, oriented by the ethics of accountability in line with the common good.

Coronavirus Infections; Health Communication; Social Media

Resumen

Desde el inicio del brote de la COVID-19, se percibe una creciente tensión provocada por la dimensión pandémica de una enfermedad que ha traído consigo severos impactos epidemiológicos y despliegues socioculturales y políticos. En condiciones ideales de comunicación pública, las autoridades deberían estar alineadas a un régimen de total transparencia con información abundante y de comprensión fácil para generar credibilidad, confianza y un clima de colaboración con los medios de comunicación. Ante la carencia de versiones aceptables e imbuidos por indeterminaciones, los individuos se convierten en expertos de sí mismos, consumiendo fake news y reproduciendo relatos de riesgo falaces con consecuencias desastrosas. Se discuten diversos aspectos vinculados a las fake news y al uso de la razón comunicativa por parte de las autoridades públicas, citando el caso de Irán, y estableciendo paralelismos con el fenómeno antivacunas y sus consecuencias. Se describe el desafío para orientar coordinadamente a la sociedad mediante información, compitiendo con pastiches pseudo-científicos, que proliferan con un ritmo frenético ante la vacuidad de los datos oficiales. De esta forma, se plantea la siguiente pregunta: ¿qué modelos comunicativos deberían pautar el relato oficial, con el fin de generar condiciones de colaboración y alianza con los medios de comunicación? ¿Qué impactos tendrían tales modelos en la proliferación de relatos engañosos a los que recurren los ciudadanos que no disponen de información pertinente? Se concluye que es también papel del gobierno utilizar su amplia visibilidad para generar referentes seguros con la ayuda de la primacía de la razón comunicativa, sensible a los genuinos interrogantes de la sociedad. En resumen, generar a gran escala referentes responsables, orientados por elementos de la ética de la responsabilidad alineados con el bien común.

Infecciones por Coronavirus; Comunicación en Salud; Medios de Comunicación Sociales

Recebido em 01/Mai/2020

Versão final reapresentada em 16/Jun/2020

Aprovado em 23/Jun/2020